

Roma – A civilização Romana

Monarquia:

Ínicio da organização político-social

Por volta do século VII a.C., os etruscos impuseram seu domínio aos iatliotas, e a aldeia romana acabou-se por tornar uma cidade.

Ao adquirir características de cidade, Roma iniciou um proceso de organização político-social que resultou na **Monarquia**.

Política: as instituições

Durante a monarquia, Roma foi governada por rei, **senado*** e Assembléia Curial.

O rei era juiz, chefe militar e religioso. No desempenho de suas funções, submetia-se a fiscalização da Assembléia Curial e do Senado.

São conhecidos **sete reis romanos**: Rômulo, Numa Pompílio, Túlio Hostílio, Anco Márcio, Tarquínio Prisco (o Antigo), Sérvio Túlio e Tarquínio (o Soberbo). Provavelmente deve ter existido outros reis porém não há comprovação histórica. Dos reis citados acima quatro eram iatliotas e os três últimos eram etruscos.

O senado era um conselho formado por cidadãos idosos, responsáveis pela chefia das grandes famílias (genos). As principais funções do Senado eram: propor novas leis e fiscalizar as ações dos reis.

A **Assembléia Curial** compunha-se de cidadãos agrupados em **cúrias***. Seus membros eram soldados em condições de servir o exército. A Assembléia tinha como principais funções: eleger altos funcionários, aprovar ou rejeitar leis, aclamar o rei.

Sociedade: a divisão de classes

A sociedade romana estava dividida na seguintes categorias:

Patrícios: eram os cidadãos romanos, grandes proprietários de terras, rebanhos e escravos. Desfrutavam de direitos políticos e podiam desempenhar funções públicas no exército, na religião, na justiça, na administração;

Clientes: homens livres que se associavam aos patrícios, prestando-lhes diversos serviços pessoais em troca de auxílio econômico e proteção social;

Plebeus: homens livres que se dedicavam ao comércio, ao artesanato e ao trabalho agrícola. A plebe representava a maioria da população romana, sendo constituída de imigrantes vindos, sobretudo, de regiões conquistadas pelos romanos. Durante o período monárquico, os plebeus não tinham direitos de cidadão, isto é, não podiam exercer cargos públicos nem participar da Assembléia Curial;

Escravos: eram, em sua maioria, prisioneiros de guerra. Trabalhavam nas mais diversas atividades, como serviços domésticos e trabalhos agrícolas. Desempenhavam funções de capatazes, professores, artesãos etc. O escravo era considerado bem material, propriedade do senhor, que tinha o direito de castigá-lo, vendê-lo, alugar seus serviços, decidir sobre sua vida ou morte.

Passagem para República

Apesar dos progressos que Roma vinha alcançando com a Monarquia, no reinado de Tarquínio as famílias romanas poderosas (os patrícios) ficaram insatisfeitas com as medidas adotadas por esse rei etrusco em favor dos plebeus.

Para controlar diretamente o poder em Roma, os patrícios, que formavam o Senado, rebelaram-se contra o rei, expulsando-o estabelecendo uma nova organização política: a **República**.

República:

Novas instituições políticas e expansão militar:

Com a instalação da República, os patrícios organizaram uma estrutura social e administrativa que lhes permitia exercer domínio sobre Roma e desfrutar os privilégios do poder.

Os patrícios controlavam quase a totalidade dos altos cargos da República. Esses cargos eram exercidos por dois **cônsules** e outros importantes **magistrados**. Na chefia da República os cônsules eram auxiliados pelo Senado, composto por trezentos destacados cidadãos romanos. Havia, ainda, a **Assembléia dos Cidadãos**, manobrada pelos ricos patrícios.

Conflitos entre Patrícios e Plebeus

Embora os plebeus constituíssem a maioria da população, eles não tinham direito de participar das decisões políticas. Tinham deveres a cumprir: lutar no exército, pagar impostos etc.

A segurança de Roma dependia de um exército forte e numeroso. Os plebeus eram indispensáveis na formação do exército, uma vez que constituíam a maior parte da população.

Conscientes disso e cansados de tanta exploração, os plebeus recusaram-se a servir o exército, o que representou duro golpe na estrutura militar de Roma. Iniciaram uma longa luta política contra os patrícios, que perdurou por mais de um século. Lutaram para conquistar direitos, como o de participar de decisões políticas, exercer cargos da magistratura ou casar-se com patrícios.

Conquistas da Plebe

Para retornar ao serviço militar, os plebeus fizeram várias exigências aos patrícios e conquistaram direitos. Entre eles encontrava-se a criação de um comício da plebe, presidido por um tribuno da plebe. A pessoa do tribuno da plebe seria inviolável, pessoa protegida contra qualquer violência ou ação da justiça. Ela teria também poderes especiais para cancelar quaisquer decisões do governo que prejudicassem os interesses da plebe.

Outras importantes conquistas obtidas pela plebe foram:

- Lei das Doze Tábuas (450 a.C.) – Juízes especiais (decênviros) decretariam leis escritas válidas para patrícios e plebeus. Embora o conteúdo dessas leis fosse favorável aos patrícios, o código escrito serviu para dar clareza às normas, evitando arbitrariedades;
- Lei Canuléia (445 a.C.) – autorizava o casamento entre patrícios e plebeus. Mas na prática só os plebeus ricos conseguiam casar-se com patrícios.
- Eleição dos magistrados plebeus (362 a.C.) – os plebeus conseguiram, lentamente, ter acesso a diversas magistraturas romanas. Em 336 a.C., elegeu-se o primeiro cônsul plebeu, era a mais alta magistratura;
- Proibição da escravidão por dívidas – por volta de 366 a.C. foi decretada uma lei que proibia a escravização de romanos por dívidas (muitos plebeus haviam se tornado escravos dos patrícios por causa de dívidas). Em 326 a.C., a escravidão de romanos foi definitivamente abolida.

As diversas conquistas da plebe, entretanto, não beneficiaram igualmente a todos os membros da plebe. Os cargos políticos e os privilégios ficaram concentradas nas mãos da nobreza plebéia, que passou a desprezar o homem pobre da plebe da mesma maneira que um elevado patrício.

Conquistas Militares e expansão territorial

A luta política entre patrícios e plebeus não chegou a desestabilizar o poder republicano. Prova disso é que a República romana expandiu notavelmente seu território através de várias conquistas militares.

As primeiras evidências da expansão militar consistiram no domínio completo da península itálica. Mais tarde, tiveram início as guerras contra Cartago (cidade no norte da África), conhecidas como Guerras **Púnicas***. Posteriormente veio a expansão pelo mundo antigo.

- Guerras Púnicas (264-146 a.C.) – a principal causa das guerras púnicas foi disputa pelo controle comercial do Mediterrâneo. Quando os romanos completaram o processo de conquistas da península Itálica, Cartago era uma próspera cidade comercial que possuía colônias no norte da África, na Sicília, na Sardenha e na Córsega. Era, portanto, uma forte concorrente dos romanos. Para impor sua hegemonia comercial e militar na região do Mediterrâneo, os romanos precisavam derrotar Cartago. Após batalhas violentas, desgastantes e com duras perdas, os romanos conseguiram arrasar Cartago em 146 a.C.
- Expansão pelo mundo antigo – eliminando a rival (Cartago), os romanos abriram caminho para a dominação de regiões do Mediterrâneo ocidental (Macedônia, Grécia, Ásia Menor). O mar mediterrâneo foi inteiramente controlado pelos romanos que o chamavam de *mare nostrum* (nosso mar).

Conseqüências das conquistas militares

As conquistas militares acabaram levando a Roma a riqueza dos países dominados. O estilo de vida romano, antes simples e modesto, evoluiu em direção ao luxuoso, ao requintado, ao exótico. A elevação do padrão e do estilo de vida romano refletia-se na construção das casas, no vestuário e na alimentação das classes dominantes. Mas o luxo e a riqueza eram privilégios de uma minoria de patrícios e plebeus ricos.

No plano cultural, as conquistas militares colocaram os romanos em contato com a cultura de outras civilizações. Nesse sentido, deve-se destacar a grande influência dos gregos sobre os romanos.

À sociedade também sofreu transformações. Os ricos nobres romanos, em geral pertencentes ao Senado, tornaram-se donos de grandes latifúndios, que eram cultivados pelos escravos. Obrigados a servir no exército romano, muitos plebeus regressaram à Itália de tal modo empobrecidos que, para sobreviver, passaram a vender seus bens. Sem terras, inúmeros camponeses plebeus emigraram para a cidade, engrossando a massa de desocupados pobres e famintos.

Crise e fim da República

O aumento da massa de plebeus pobres e miseráveis tornava cada vez mais tensa a situação social e política de Roma. A sociedade dividia-se em dois grandes

pólos. De um lado, o povo e seus líderes, que reivindicavam reformas sociais urgentes. De outro a nobreza e grandes proprietários rurais.

A reforma de Graco

Diante do clima de tensão, os irmãos **Tibério** e **Caio Graco**, que eram tributos da plebe, tentaram promover uma reforma social (133-132 a.C.) para melhorar as condições de vida da massa plebéia. Entre outras medidas, propuseram a distribuição de terras entre camponeses plebeus e limitações ao crescimento dos latifúndios. Sofreram então forte oposição do Senado romano. Acabaram sendo assassinados a mando dos nobres, que se sentiram ameaçados pelo apoio popular que os irmãos vinham recebendo.

Fracassadas as reformas sociais dos irmãos Graco, a política, a economia e a sociedade romanas entraram num período de grande instabilidade.

A transição para o império

Com o agravamento da crise, tradicionais instituições foram questionadas, e um clima de desordem e agitação foi tomando conta da vida das cidades. Diversos chefes militares entraram, sucessivamente, em luta pelo poder, marcando o processo de transição para o império. Entre os principais acontecimentos desse processo destacam-se:

- Em 107 a.C., o general Caio Mário tornou-se cônsul. Reformou o exército, instituindo o pagamento de salário (soldo) para os soldados.
- Em 82 a.C., o general Cornélio Sila, representando a nobreza, derrotou Caio Mário e instituiu um governo ditatorial.

Em 79 a.C., Sila foi forçado a deixar o poder devido a seu estilo antipopular de governo, pois a situação social estava incontrolável.

- Em 60 a.C. estabeleceu-se o **Primeiro Triunvirato***, formado por Crasso, Julio César e Pompeu para governar Roma. Pouco tempo depois de assumir o poder, Crasso foi assassinado. Surgiu, então, séria rivalidade entre Pompeu e Julio César. César saiu vitorioso e tornou-se ditador supremo de Roma. Promoveu, durante o seu governo, diversas reformas sociais para controlar a situação. Em 44 a.C. foi assassinado por uma conspiração organizada por membros do Senado.
- Em 43 a.C., estabeleceu-se o **Segundo Triunvirado**, composto por Marco Antonio, Otávio e Lépido. O poder foi dividido entre os três: Lépido ficou com os territórios africanos, mas depois foi forçado a retirar-se da política; Otávio ficou responsável pelos territórios ocidentais; e Marco Antonio assumiu o controle dos territórios do Oriente. Surgiu intensa rivalidade entre Otávio e Marco Antonio, que se apixonara pela rainha Cleópatra, do Egito. Declarando ao Senado que Marco Antonio pretendia formar um império no Oriente, Otávio conseguiu o apoio dos romanos para derrotá-lo. Assim, tornou-se o grande senhor de Roma.

Império:

Apogeu e queda de Roma:

A partir de 27 a.C., Otávio foi acumulando poderes e títulos, entre eles o de **augusto***, e o de imperador.

Otávio Augusto tornou-se, na prática, rei absoluto de Roma . Mas não assumiu oficialmente o título de rei e permitiu que as instituições republicanas (Senado, Comício Centurial e Tribal etc.) continuasse existindo na aparência.

Alto Império (27 a.C.-235 d.C):

O alto império foi a fase de maior esplendor desse período.

Durante o longo governo de Otávio Augusto (27 a.C.-14 d.C.), uma série de reformas sociais administrativas foi realizada. Roma ganhou em prosperidade econômica. O imenso império passou a desfrutar um período de paz e segurança, conhecido como *Pax Romana*.

Após a morte de Otavio Augusto , o trono romano foi ocupado por vários imperadores, que pode ser agrupados em quatro dinastias:

- **Dinastia dos Julios-Claudius (14-68)** – Tibério, Calígula, Claudio e Nero;
- **Dinastia dos Flávios (69-96)** –Vespasiano e Domiciano;
- **Dinastia dos Antoninos (96-192)** – Nerva, Trajano, Adriano, Marco Arélio, Antinino Pio e Cômodo.
- **Dinastia dos Severos (193-235)** – Sétimo, Severo, Caracala, Macrino, Heliogábalo e Severo Alexandre.

Baixo Império (235-476)

O baixo império corresponde à fase final do período imperial. Costuma ser subdividido em:

- **Baixo Império pagão (235-305)** – período em que dominava as religiões não-cristãs. Destacou-se o reinado de Dicleciano, que dividiu o governo do enorme império entre quatro imperadores (tetrarquia) para facilitar a administração. Esse sistema de governo, entretantom não se consolidou.
- **Baixo Império Cristão (306-476)** – nesse período, destacou-se o reinado de Constantino, que através do Edito de Milão, concedeu liberdade religiosa aos cristãos. Consciente dos problemas de Roma, constantino decidiu mudar a capital do império para a parte oriental. Para isso remodelou a antiga Bizâncio (cidade fundada pelos gregos) e fundou Constantinopla, que significava “cidade de Constantino”

Crise do Império

O Baixo Império foi sendo corroído por uma longa crise social, economica e política. Entre os fatores que contribuíram para essa crise, destacam-se:

- Elevados gastos públicos para sustentar a imensa estrutura administrativa e militar;
- Aumento dos impostor para custear as despesas do exército e da burocracia administrativa;

- Crescimento do número de miseráveis entre a plebe, os comerciantes e os camponeses;
- Desordens sociais e políticas provocadas por rebeliões tanto das massas internas quanto dos povos submetidos.

Agravando ainda mais essa situação social e econômica, os romanos tiveram de enfrentar a pressão dos povos **bárbaros***. Chegou um momento em que os romanos perceberam que os soldados encarregados de defender Roma vinham dos próprios povos contra os quais eles (romanos) combatiam.

Divisão e Declínio do Império e Invasão Bárbara

Com a morte de Teodósio, em 395, o grande império Romano foi dividido em: Império Romano do Ocidente, com sede em Roma; e Império Romano do Oriente, com sede em Constantinopla.

A finalidade dessa divisão era fortalecer cada uma das partes do império para vencer a ameaça das invasões Bárbaras. Entretanto, o Império Romano do Ocidente não teve organização interna para resistir aos sucessivos ataques dos povos bárbaros.

Os bárbaros tinham exército eficientes, que contavam com soldados guerreiros, coesão interna das tropas e boas armas metálicas. Apesar de rudes, os bárbaros exibiam ideal e vigor. Roma, por sua vez, mostrava-se corropida pela discórdia, pela indisciplina no exército e pela falta de entusiasmo das populações miseráveis. É por isso que cerca de quinhentos mil bárbaros conseguiram desestabilizar o um império com mais de oitenta milhões de pessoas.

Em 476, o último imperador de Roma, Romulo Augusto, foi deposto por Odoacro, rei dos hérulos, um dos povos bárbaros.

Quanto ao Império Romano do Oriente, embora com transformações, sobreviveu até 1453, ano em que os turcos conquistaram Constantinopla.